

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# **G** BOLETIM GOIANO. *de* eografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

---

VOL. 16 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1996

# A DIMENSÃO URBANA DA QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA\*

Miguel Ângelo C. Ribeiro\*\*

*A cidade nasceu para preservar a vida,  
existe para a boa vida.*  
SOJA

## RESUMO

Este artigo analisa o processo de urbanização na Amazônia e sua implicação na qualidade ambiental. O urbano é focalizado com base em dois aspectos. O primeiro refere-se a sua dimensão em função do crescimento e aumento do número de cidades, comparando dois momentos distintos: o ano de 1991, relativo ao último recenseamento geral, e o ano de 1960, que marca o início das grandes transformações na Amazônia. O segundo aspecto, atrelado à questão Sociedade-Natureza, procura analisar o urbano e a qualidade ambiental sob a ótica do saneamento básico, priorizando o sistema de abastecimento de água. Esta questão mantém relações estreitas com o ambiente e com o desenvolvimento, influenciando diretamente a população.

---

**UNITERMOS:** Amazônia / Questão Urbana / Qualidade Ambiental / Saneamento Básico.

---

---

\* Considera-se para efeito de análise a Amazônia Legal, constituída pelas unidades da federação pertencentes à Região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá); Centro-Oeste (Mato-Grosso e Goiás, até o paralelo 13°S.) e Nordeste (Maranhão, até o meridiano de 44° W, de Greenwich).

\*\* Analista especializado do Departamento de Geografia/IBGE – Rio de Janeiro-RJ.

## 1. – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de urbanização na Amazônia, nas três últimas décadas, está ligado, de modo geral, à aproximação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais – tais como: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), Programa Grande Carajás (PGC) – e, principalmente, pela implantação dos grandes projetos incentivados pela Sudam que, atrelados a outros fatos importantes como a criação da Zona Franca de Manaus (Suframa) – em 1967, com funcionamento a partir de 1972 – e o estabelecimento de uma infra-estrutura de grandes eixos, calcada no sistema rodoviário, garantiram a viabilização dos programas propostos.

Segundo Becker (1990, p. 52), a urbanização na Amazônia manifesta-se em duas dimensões: (1) do espaço social, referente a um modo de integração econômica; (2) do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos.

A autora (op. cit., p. 53-5) aponta, ainda, três situações para explicar o papel dos núcleos urbanos na fronteira. A primeira diz respeito ao poderoso fator de atração dos migrantes, enfatizado nas várias políticas postas em prática e já mencionadas. A segunda refere-se aos núcleos urbanos como base da organização do mercado de trabalho, atuando como ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho; e a terceira atribui-lhe o papel de *locus* da ação político-ideológica do Estado. "São a sede do aparelho de Estado local, da Igreja e dos grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade local; são, também, o lugar da 'preparação' da população para seu papel na sociedade, onde se incorporam valores dominantes e técnica" (p. 55).

A urbanização vem sendo o elemento-chave dessa estratégia de ocupação promovida pelo Estado, pelos capitais nacional e internacional, traduzindo-se numa valorização seletiva dos lugares. Tal urbanização assume formas peculiares que se manifestam no crescimento da população urbana total, no aumento do tamanho e do número de cidades, assim como vem alterando e redefinindo a funcionalidade dos centros na rede urbana da Região. Outro fato que não deve ser esquecido, em

decorrência desse processo de urbanização, é a relação Sociedade-Natureza que deve fazer parte de um mesmo contexto. Segundo Balassiano (1993, p. 42),

as sociedades, ao criarem aglomerados urbanos, alteram a paisagem natural pré-existente, criando uma paisagem cultural, a qual, por sua vez, vai-se modificando gradualmente, no decorrer do tempo. É nesse processo de transformação que as características naturais do lugar – solo, águas, vegetação, ar, paisagem e clima – foram utilizadas como recursos para a construção de um novo ambiente: o meio ambiente urbano. Não se pode, nesse sentido, pensar isoladamente a problemática social, sem pensar e planejar levando-se em conta os comprometimentos ambientais que possam advir. Há uma relação recíproca entre o ecossistema e o equilíbrio econômico-social da população. A degradação de um está, necessariamente, articulada à do outro.

Tendo em vista o exposto, passemos à análise da evolução da população urbana na Amazônia nos anos de 1960 na Amazônia nos anos de 1960 e 1991, enfatizando-se o surgimento de novos núcleos e o redimensionamento de outros previamente existentes nos referidos de tempo.

## 2. – A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NOS CONTEXTOS REGIONAL E NACIONAL

Para a análise do urbano na Amazônia, a metodologia, empregada na escolha das cidades e vilas no universo selecionado, tomou por base, de acordo com o critério político-administrativo do IBGE, as cidades<sup>1</sup> e vilas<sup>2</sup> que, em 1991, registraram população igual ou superior a 5.000 habitantes. Em seguida procurou-se levantar a situação das mesmas para o ano de 1960.

Em 1991, segundo a *Sinopse preliminar do censo demográfico*, do IBGE, a população urbana total correspondia a 55,2% da população total da Amazônia, enquanto o país acusava a taxa de 75,5%. No que diz

respeito somente à população urbana registrada nas sedes municipais, esse percentual alcançava 51,3% contra 67,0% do Brasil. Para o ano de 1960, enquanto o país acusava taxa de 45,1% de população urbana total, a Região não atingia 30,0% de seu efetivo populacional em áreas urbanas, já que nas cidades viviam apenas 26,5% contra 40,2% da taxa nacional.

Apesar das taxas inferiores aos totais nacionais, a Região hoje concentra mais da metade de sua população em áreas urbanas, cabendo aos Estados do Amapá, Mato Grosso e Amazonas percentuais superiores a 70,0% de população urbana total. No caso do Amapá e do Amazonas, tais percentuais denotam a forte concentração do contingente populacional em núcleos urbanos, *vis-à-vis* com as baixas densidades populacionais desses Estados. Por outro lado, encontramos no Maranhão e no Pará percentuais inferiores à média regional. A situação do Maranhão se apresenta bastante inferior, explicada pelo expressivo contingente populacional que vive em áreas rurais.

Enquanto em 1991 a Amazônia participava com 11,2% na população total do país, cabendo 8,2% à população urbana total e 8,6% vivendo nas cidades, em 1960 esta contribuição era da ordem de 7,4%, 4,8% e 4,8%, respectivamente.

Outro dado importante a ser analisado é referente às taxas de crescimento da população urbana no período 1960/1991. A Amazônia apresentou taxas superiores às registradas em nível nacional, no que tange às variáveis analisadas: população total, população urbana total e população urbana na sede municipal.

No tocante à população total, enquanto a Amazônia registrava um crescimento de 214,8%, a taxa brasileira foi da ordem de 107,0%, e os Estados do Pará, Amapá, Roraima, Mato Grosso e Rondônia apresentaram taxas superiores à da Região. Já com relação à população urbana total, enquanto a Amazônia acusava 485,1% de crescimento, o total nacional alcançava 246,6%.

Cabe, ainda, ressaltar que todos os Estados integrantes da Amazônia perfaziam taxas superiores à média brasileira. O mesmo fato repete-se quando da análise do crescimento da população urbana nas sedes municipais, visto que a taxa regional foi da ordem de 509,1% para

245,2% da nacional, verificando-se nos Estados de Mato Grosso, Roraima e Rondônia crescimentos superiores a 1.000,0%.

Tais resultados podem ser explicados por um conjunto de ações governamentais que visaram estimular a ocupação maciça do território amazônico, seja via projetos de colonização como os que se viabilizaram no Pará, Mato Grosso e Rondônia, seja via grandes projetos agropecuários, como os que se desenvolveram no Tocantins, Mato Grosso e Pará, seja ainda mesmo pelo fortalecimento da industrialização e/ou comercialização de produtos extrativos minerais, beneficiados ou não, que se alocaram em pontos diversos desse território. O Projeto Carajás, no município de Marabá (sudeste do Pará), com a exploração do ferro; a exploração das jazidas de bauxita, em Oriximiná, no noroeste do Pará; a exploração da cassiterita, em Presidente Figueiredo, no Amazonas e nas proximidades de Porto Velho, em Rondônia (Ribeiro, 1992).

Podemos afirmar que houve um gradativo aumento da população urbana na Amazônia nas três últimas décadas e que esta tendência acompanhou a própria dinâmica da urbanização brasileira. Se compararmos os três períodos censitários (1960-1970, 1970-1980 e 1980-1991), no que se refere às taxas anuais de crescimento da população urbana nas sedes municipais, podemos afirmar:

(1) A Amazônia registrou taxas superiores às do Brasil; e

(2) O período de maior crescimento foi o de 70/80, com percentual de 90,2%, enquanto o Brasil acusava 51,9%. Segue-se o período 80/91 com 83,7%, enquanto o Brasil registrava 38,6%.

O crescimento demográfico verificado na Amazônia no decorrer desses trinta anos apresentou, porém, um aspecto curioso. Segundo Martine (1989, p. 29), "embora tenha sido basicamente impulsionado, nas suas raízes, pela expansão da fronteira agrícola, observa-se que a maior parte desse crescimento populacional ocorreu, de fato, nas cidades".

Quanto ao tamanho e número de cidades da Amazônia durante o período 1960-1991, podemos afirmar que houve um aumento gradativo.

Em 1991, a região agregava 264 cidades das quais 106 estão alocadas na classe de população de 5.000 a 9.999 habitantes. No entanto,

11 cidades apresentaram população superior a 100.000 e 13 estavam na classe de 50.000 a 99.999 habitantes.

Há uma concentração desses núcleos urbanos em apenas três das unidades federadas da Amazônia: o Pará, o Maranhão, seguidos de Mato Grosso, com percentuais da ordem de 24,2%, 24,2% e 17,0%, respectivamente, do total das cidades existentes na Região.

Procurando-se situar as cidades e vilas com população igual ou superior a 100.000 habitantes, na Amazônia, nota-se a concentração da população urbana nas oito capitais regionais (com exceção de Palmas, capital do Tocantins, não incluída no grupo), da ordem de 3.526.916 residentes, correspondendo a 38,8% da população urbana total. Cabe destacar a participação das vilas de Icoraci, localizada no município de Belém e Coxipó da Ponte, situada em Cuiabá. Ainda formam o grupo as cidades de Imperatriz (MA), Santarém e Marabá (PA). O conjunto representa 48,8% da população urbana total, perfazendo 4.428.944 residentes urbanos.

Em 1960, o número de cidades era de 155, e a maior em tamanho populacional – Belém – contava com 364.998 habitantes, seguida por São Luís e Manaus, que apresentavam, respectivamente, contingentes de 159.628 e 154.040 habitantes.

O processo de concentração dos núcleos urbanos em 1960 verificou-se marcadamente nos Estados do Maranhão e Pará, representando, respectivamente, 29,7% e 26,4% do total de cidades existentes na Região.

Comparando-se os dois momentos de análise (1991 e 1960), verifica-se que o processo concentrador de núcleos era mais forte em 1960, denotando a presença de centros antigos nos Estados do Maranhão e Pará, seguidos pelo Amazonas. Porém, o que chama a atenção, quando se confrontam os dois momentos, é a fragmentação territorial verificada nos Estados do Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, levando a um aumento da malha municipal. Tal processo sofreu influência, em parte, da implementação sucessiva de medidas oficiais, a partir dos anos 60, como os Programas de Pólos Agropecuários (Polamazônia), projetos oficiais ou privados de colonização, além dos grandes eixos rodoviários,

representados pelas BRs-010/153 (Belém–Brasília), 163 (Cuiabá–Santarém) e 364 (Cuiabá–Porto Velho).

Para Davidovich e Fredrich (1988, p. 26), o processo de fragmentação territorial em alguns casos, especialmente os referentes a núcleos de dimensões populacionais reduzidas, reflete interesses políticos locais e estaduais em aumentar o número de municípios. Estes interesses levam a desmembramentos da malha municipal e à conseqüente elevação de aglomerados, que efetivamente não têm caráter urbano, à categoria de cidades ou vilas. Após a Constituição de 1988, a fragmentação municipal representa, também, de certo modo, uma forma de descentralizar recursos através de transferências federais garantidas pela legislação.

A distribuição dos núcleos urbanos da Amazônia apresenta duas características, segundo Machado (1993, p. 88). A primeira refere-se à "condensação" dos núcleos urbanos novos no sudeste do Pará, norte de Mato Grosso, centro-sul de Rondônia e norte do Tocantins, estreitamente vinculada à presença da rede viária, que possibilita a implantação de diferentes projetos econômicos. A segunda prende-se ao crescimento diferenciado dos núcleos localizados ao longo da rede fluvial, que acompanham as transformações verificadas na Região, dependendo de sua localização. Cabe referência aos centros que apresentam crescimento populacional representativo – aqui exemplificado por Manaus, em decorrência da implantação da Zona Franca e por Boa Vista, em função da atividade garimpeira – em comparação com aqueles que permaneceram à margem das transformações. É o caso dos núcleos localizados na área de domínio extrativista da Amazônia ocidental.

Atualmente, o crescimento da população urbana e o aumento do tamanho e do número de cidades e vilas, na Amazônia, já atuam como elementos de pressão sobre o meio ambiente, não apenas como mais um fator de disputa pelo uso do território, mas também por desestruturar, pelo êxodo rural, sistemas sócio-econômicos longamente adaptados aos ecossistemas da Região.

Pode-se concluir o presente tópico através da afirmativa de Becker (1992) de que a Amazônia é uma selva urbanizada, fazendo parte de um País urbano, com multiplicação de centros, planejados ou não



(espontâneos), já que a expansão da fronteira agrícola se fez num contexto de urbanização simultânea.

### **3. – URBANIZAÇÃO: CONSEQÜÊNCIAS E IMPASSES NA QUESTÃO AMBIENTAL. A QUESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO**

O segundo aspecto a ser focalizado está atrelado à questão Sociedade–Natureza. Trata-se de analisar o urbano e a qualidade ambiental sob a ótica do saneamento básico, priorizando o sistema de abastecimento de água. Quando se trata de sociedade na Amazônia, deve-se enfatizar a vertente urbana da questão ambiental, pois é na cidade que vivem mais de 50,0% do contingente populacional dessa Região, os quais sofrem os efeitos dos danos ao meio ambiente. Tais danos são, na verdade, agressões infligidas à comunidade que vive nesses núcleos urbanos e estão ligados a problemas críticos de habitação, saneamento e transporte público, transformando-se, segundo a afirmação de Becker (1992, p. 139),

em focos de tensão social, núcleos de moléstias endêmicas e teatros de guerra pela sobrevivência. Pequenas cidades transformaram-se em verdadeiros depósitos de mão-de-obra móvel, os “volantes ou bóias-frias”, que pressionam o poder local em busca da infra-estrutura e serviços coletivos, cuja oferta está muito aquém da capacidade financeira dos municípios.

O rápido crescimento urbano e a ineficiência das políticas sociais convergiram para a acelerada deterioração da qualidade de vida dessas populações. Em conseqüência do processo de ocupação, caótico e muitas vezes inadequado aos padrões vigentes da qualidade de vida, seus problemas ambientais mais graves confluíram, também, para um espaço urbano, praticamente desprovido de infra-estrutura de habitação, rede de esgoto, água, etc.

Nesse contexto, modifica-se rapidamente o espaço urbano sem a correspondente adaptação de seu meio no sentido, de atender,

minimamente, às necessidades de sobrevivência da massa humana que aí se aglomera. A transformação dos igarapés em valões, na cidade de Manaus, é uma síntese da degradação do meio ambiente urbano, comprometendo não só a outrora exuberante rede de drenagem daquele sítio urbano, como o contingente humano que ali sobrevive sem habitação, saneamento, saúde, educação, enfim, sem cidadania (...). Se o inchamento das capitais e dos centros regionais abriga grande parte dos excluídos do crescimento regional, as pequenas cidades, vilas, lugarejos e corrutelas surgidos no rastro de *company towns*, da colonização agrícola, de frentes mineradoras e de garimpagem, enfim, da expansão da fronteira, são, também, manifestações caóticas do urbano nessa área e pontos críticos de sua crise ambiental (Figueiredo, 1993, p. 148).

Outro fato que caracteriza o fenômeno de inchamento das cidades é o “padrão periférico de urbanização”, que se refere ao modelo de expansão das periferias, fenômeno nacional, definindo-se, também, nas cidades da Amazônia, formando, assim, verdadeiros bolsões de miséria, o que confirma ser o espaço urbano, segregado e diferenciado.

A segregação social das camadas populares de menor renda, a autoconstrução das moradias, as invasões, a expansão das favelas e a precariedade nas condições de consumo coletivo são apontadas como definidoras deste “padrão periférico de urbanização”. A periferia já nasce pobre e o exemplo mais atual é o que verificamos em trabalho de campo recente na cidade de Palmas, onde assistimos a uma verdadeira espoliação urbana, pois às camadas mais pobres da população não são reservados o direito e o acesso aos serviços de consumo coletivo. Para Ribeiro e Lago (1992, p. 157), “aos pobres é cada vez mais vedado e controlado o acesso à moradia nos núcleos. Ficam-lhes, portanto, vedadas as vantagens do morar em lugares bem servidos por infraestrutura básica, equipamentos e serviços urbanos”. Para Schmidt e Farret (1986, p. 52), “a estrutura de saneamento básico (água encanada e esgoto) é fundamental para a existência e reprodução da população”. A inexistência e/ou seu acesso restrito é fator crucial na determinação de doenças endêmicas.

Assim, a contaminação do lençol freático pelas fossas negras, tão comum na maioria das áreas urbanas pobres, é a responsável principal pela existência de 'ondas de desidratação' que assolam as cidades (...). A mortalidade infantil urbana é, em grande parte, decorrência dessa situação dramática. E o saneamento básico está diretamente ligado a este triste fenômeno.

Na abordagem do tema saneamento básico não podemos nos esquecer de fazer referência às políticas públicas em nível nacional, implementadas na década de 70, através do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento (Castello Branco e O'Neill, 1993 e Cynamon et alii, 1992). Este órgão, criado em 1971 pelo extinto BNH (Banco Nacional da Habilitação), implantou uma política de âmbito nacional para o provimento dos serviços de água e esgoto. No período de 1971 a 1984, foram observadas acentuadas desigualdades na distribuição desses recursos. Todavia, na década de 80, o serviço de abastecimento de água encanada foi desproporcional àquele ligado ao serviço de coleta de esgoto, acarretando, assim, condições altamente poluidoras ao meio ambiente. Verifica-se, portanto, que as metas adotadas pelo PLANASA, quanto à distribuição, qualidade e tipo de tratamento dos serviços básicos de água e esgoto, não ocorrem de modo igualitário dentro do contexto nacional.

Segundo Cynamon et alii (op. cit., p. 163),

desde meados da década de 80, passou a existir um consenso, por parte de entidades e associações ligadas ao setor, de que também deveriam estar incluídas na agenda de intervenções entre outras, o crescimento da atenção aos esgotos sanitários, a drenagem urbana, a proteção dos mananciais e do meio, a gestão dos recursos hídricos e o controle de cheias, mostrando o aumento das preocupações com os problemas ambientais.

As metas brasileiras adotadas pelo PLANASA para o decênio 1980-1990 foram as de atender, no mínimo, 90,0% da população urbana com serviços de abastecimento de água e pelo menos 65,0% da

população urbana com serviços adequados de esgotos sanitários (Portaria n.º 140, de 24 de dezembro de 1981).

Essa proposta de auto-sustentação levou o Plano a preconizar seu início pelos sistemas de maior e mais rápido retorno. Uma das conseqüências dessa estratégia foi a priorização das intervenções em abastecimento de água em detrimento dos esgotos sanitários, e das áreas mais desenvolvidas, deixando, em segundo plano, as de menor porte; como conseqüência, foi dificultada a possibilidade de uma ação integrada água/esgoto. (Cynamon et alii, 1992, p. 162)

Nas áreas mais pobres do País, a exemplo da Amazônia, persistem as grandes deficiências em questão, tornando-se um elemento a mais na caracterização do quadro de precariedade das condições sócio-ambientais urbanas. Para Castello Branco e O'Neill (op. cit., p. 98), "as políticas públicas adotadas, especialmente no caso do PLANASA, não atingiram os objetivos propostos, mesmo decorrido lapso de tempo superior ao das metas, acrescido do fato de atualmente sequer haver uma ação coordenada em termos de política pública para o setor". Isto pode ser verificado, através dos resultados obtidos para a análise dos dados referentes a 1989 para a Amazônia, os quais revelam uma situação crítica quanto à oferta do serviço de abastecimento e tratamento convencional de água e do esgoto sanitário para o conjunto urbano selecionado, além da profunda desigualdade na sua distribuição espacial, tanto no que se refere ao número de cidades contempladas, como também à qualidade e ao tipo de tratamento desses serviços.

A população desassistida pelo serviço de abastecimento de água corresponde a cerca de 40,0% da população urbana. No tocante ao tratamento convencional, 66 núcleos urbanos (24,3%) apresentam tratamento convencional completo de água, enquanto a rede de esgoto sanitário está presente em somente 21, ou seja 7,7%. Os resultados obtidos são explicados em decorrência do custo de instalação desses serviços. O serviço de abastecimento de água, por ser de custo mais baixo, é, em geral, melhor que o de esgotamento sanitário.

O conjunto urbano sem atendimento é representado por somente 9,9% (27), apresentando situação crítica, pois mais de 90,0%

da população que vive nesses centros urbanos é desassistida pelo abastecimento de água. Esses núcleos urbanos encontram-se, principalmente, no sudeste do Pará, em Ananindeua (região metropolitana de Belém), na área da Bragantina, no sudoeste e interior do Maranhão e núcleos próximos à aglomeração de São Luís; no norte de Mato Grosso, em grande parte dos núcleos urbanos do Tocantins e, finalmente, em Rondônia, ao longo da BR-364. De modo geral, esses espaços correspondem às áreas de ocupação mais recente da Amazônia, onde a concentração urbana está ligada ao fenômeno migratório, exceção feita ao interior do Maranhão. Para Martine e Turchi (op. cit., p. 37), “as cidades mais recentes e de tamanho menor são as que receberam maior contingente de migrantes, em decorrência dos diferentes tipos de projetos nelas existentes, que atraem mão-de-obra”. No entanto, tais cidades não oferecem aos seus habitantes condições de infra-estrutura e serviços urbanísticos.

Verifica-se que a Amazônia apresenta um agravamento no déficit de abastecimento de água e no esgotamento sanitário, implicando, assim, um problema sério no que diz respeito à qualidade ambiental. Esta situação torna-se mais crítica, quando ao descer a escala de análise no sentido da estrutura interna do espaço urbano, encontra-se um modelo perverso de segregação, representado pela expansão da informalidade e ilegalidade, através das favelas.<sup>3</sup>

Como nos indica Becker (op. cit., p. 128), “o modelo, que exclui amplas camadas da população dos frutos da riqueza produzida, nega, a esta mesma população, saneamento básico, que lhe daria melhores condições de vida e alguma proteção à sua saúde”. Ou seja, no Brasil de hoje e, particularmente, nos grandes núcleos urbanos da Amazônia, ocorre o mesmo fenômeno dos primeiros decênios deste século, na medida em que a carência da questão sanitária implica a degradação da vida das populações de classes de renda mais baixas. Na realidade, as favelas são o *locus* da iniquidade ao acesso a domicílios servidos por redes gerais de água e esgoto sanitário, configurando situações críticas de degradação ambiental, pelo comprometimento da qualidade de vida das populações que nelas habitam. Balassiano (op. cit., p. 42), ao

analisar a situação das favelas no Brasil e seu comprometimento ambiental, observa que

a favela, indevidamente, provoca a sua própria ecologia e, por sua característica de ocupação desordenada, degrada as características de base natural original. As favelas, em seu processo de organização sócio-territorial, ao se localizarem em encostas, devastam florestas; em manguezais, os transformam em pântanos; nas várzeas dos rios, alteram o seu equilíbrio e poluem as águas, conduzindo ao comprometimento ambiental e à degradação das condições de existência de amplos segmentos populacionais, incluindo o da população favelada.

Apesar de as favelas predominarem nos grandes centros metropolitanos, elas universalizaram-se, disseminadas em núcleos urbanos de diferentes portes populacionais. Na Amazônia, apenas Acre, Roraima e Mato Grosso não registraram a presença de favelas, dentro das características conceituais estabelecidas pelo IBGE. No entanto, a Região estudada registrou, para 1991, um total de 82 favelas, representando para o conjunto do País apenas 2,5%, com um total estimado de 100.491 domicílios, correspondendo a 9,6% do total nacional, habitadas por 523.935 pessoas. Quanto à distribuição geográfica das favelas na Amazônia, convém destacar a situação de Laranjal do Jari (PA), São José de Ribamar (MA), Belém (PA), Manaus (AM) e Ananindeua (PA) que apresentam o maior número de domicílios e população favelada em relação aos demais núcleos urbanos.

Os dados apresentados não refletem, contudo, toda a complexidade do quadro de pobreza urbana regional, em decorrência da rigidez do critério adotado para conceituar *favela*, pois a situação real é muito mais crítica do que nos indicam os dados. Em recente pesquisa de campo, constatamos extensos bolsões de miséria em Manaus, Porto Velho, São Luís e mesmo em Palmas, que já nasce pobre. Na verdade, a Amazônia, na expressão de Becker (op. cit., p. 128), é uma "região rica de pobres".

De acordo com Balassiano (op. cit., p. 48), "as favelas não decorrem de um simples desequilíbrio entre a carente oferta de imóveis e uma vasta população consumidora, mas sim de um complexo de problemas sociais, econômicos e políticos, onde a questão distributiva

da renda e da terra assume posição central”. Esse complexo de problemas vem comprometer o ambiente, levando à degradação das condições de existência desses segmentos populacionais.

#### 4. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização desencadeado na Amazônia, nas três últimas décadas, levou ao surgimento de novos núcleos urbanos e ao aumento do tamanho de alguns dos já existentes, o que está fortemente vinculado à natureza e intensidade dos investimentos feitos, quer pelo setor privado, quer pelo Estado, nos diferentes segmentos do espaço. Tal situação que se verificou durante os últimos trinta anos foi reflexo de uma política desenvolvimentista que resultou na exploração dos recursos regionais, causando profundo desequilíbrio ao meio ambiente e tendo como forte expressão a cidade, pois ela passa a ser “o ponto final dos fracassos e contradições da ocupação desordenada do território amazônico” (Figueiredo, op. cit., p. 148). A ausência do poder público tem facilitado a precariedade da vida urbana, alicerçada pela deficiência generalizada de equipamentos sanitários.

O processo vertiginoso da urbanização, a falta de capacidade financeira das comunidades locais para arcar com os custos altos da instalação de tais serviços, aliados à ausência do poder público, têm agravado as condições de vida nas concentrações urbanas. Assim, segundo Figueiredo (1994), podemos ressaltar as seguintes situações articuladas entre si, em decorrência do processo de urbanização desencadeado na Amazônia, nas três últimas décadas:

- (1) descentralização urbana acompanhando o ritmo nacional, pela desaceleração do ritmo de crescimento (taxas relativas) dos grandes centros urbanos, como Manaus, Belém, São Luís e pelo crescimento da representatividade populacional das cidades pequenas e médias;
- (2) alta mobilidade da população associada às precárias condições de saneamento e habitação, e a insuficiência da cobertura dos serviços de saúde;

- (3) crescimento desordenado das cidades, com expulsão da população para as periferias urbanas, excluídas do acesso da infra-estrutura básica de água, esgotamento sanitário e lixo;
- (4) urbanização de doenças anteriormente restritas às regiões rurais, e a presença de doenças antes desconhecidas ;
- (5) ruptura étnico-cultural e de conseqüente perda de identidade por parte de segmentos nativos longamente adaptados aos ecossistemas presentes.

Segundo as considerações de Campos Filho (1992, p. 136-7),

a humanização das cidades só será obtida com o progressivo controle, pelos cidadãos, da ação do Estado, fazendo-a voltar-se para a produção de benefícios para a sociedade. Tais benefícios, se obtidos de forma isolada, desconectada da visão entrelaçada dos problemas, criam uma ilusão de solução e só agravam as distorções da sociedade, afetando a todos. (...) Enquanto a sociedade não se organizar, com suficiente força política, para exigir dos seus representantes que desenvolvam uma ação de Estado ao mesmo tempo planejada e democrática e não clientelista e paternalista, que se faz através de ações isoladas apresentadas como favores do Governo, as cidades brasileiras não se humanizarão.

Assim é que a Amazônia de hoje não pode ser pensada, sem uma reflexão sobre o quadro ambiental de suas cidades, pois nelas reside a maioria dos problemas enfrentados por suas populações, muitas vezes deixadas à própria sorte. Ao cidadão é oferecido o direito de viver com um mínimo de dignidade, fato que não vem ocorrendo, porém constata-se, no decorrer do trabalho, que a ele é vedado e controlado o acesso à moradia, à infra-estrutura básica e aos equipamentos e serviços urbanos.

---

#### ABSTRACT

The present paper analyses the urbanization process in Amazonia and its implications on environment. The urban is viewed under two different aspects: the first one relates to urban dimension, taking into account the growth and increasing number of cities, through the comparison of two different historic moments: the year of 1991,



that of the latest general Census; and the year of 1960, which marks the beginning of the big transformations which occurred in Amazonia. The second aspect to be analyzed is linked to Society/Nature question – urban and environmental quality as expressed by the provision of basic sanitation, in which much importance is given to water supply. This question is the one which has the closest relations both with environment and development, with direct influence on population.

---

## NOTAS

- 1 Localidades com o mesmo nome do município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios da capital.
- 2 Localidades com o mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.
- 3 Segundo os critérios adotados pelo IBGE, considera-se favela a localidade de moradia com mais de 51 domicílios, com invasão ilegal do solo, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular). As favelas recebem denominações locais, tais como habitações subnormais, mocambos, etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALASSIANO, Helena Maria Mesquita. As favelas e o comprometimento ambiental. In: *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 41-8.
- BECKER, Bertha K. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. In: *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Uma análise interdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1992, p. 127-52. v. 1.
- \_\_\_\_\_. (Forum Global – Rio de Janeiro). Comunicação pessoal, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia*. São Paulo: Ática. 1990. 112p. (Série Princípios).
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras*. Seu controle ou caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1992. 143p.

- CASTELLO BRANCO, Maria Luísa G.; O'NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano. A distribuição espacial de serviços de infra-estrutura social no Brasil: o abastecimento de água e coleta de lixo. In: *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p.85-113.
- CYNAMON, Szachna Eliaz et alii. Saneamento e saúde ambiental no Brasil. In: *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1992, p. 153-70. v. 11.
- DAVIDOVICH, Fany; FREDRICH, Olga Maria Buarque. Urbanização no Brasil. In: *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p. 13-85.
- FIGUEIREDO, Adma Haman de. As formas de intervenção pública na apropriação e uso do espaço amazônico. In: *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 137-49.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional e exclusão social. In: *Diagnóstico ambiental da Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 31p. (mimeo).
- MACHADO, Lia Osório. A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, 1993, Rio de Janeiro: *Anais...* Rio de Janeiro: AGB, 1993, p. 83-8.
- MARTINE, George; TURCHI, Lenita. A questão da urbanização na Amazônia: realidade e significado. In: *C. e T. no processo de desenvolvimento da região amazônica*. 2.ed. São Paulo, 1989, p.25-55. v. II. (Estudos para o Planejamento em Ciência e Tecnologia, 3).
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. Crise e mudanças nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão. In: *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Uma análise interdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1992, p. 153-79. v. 1.
- RIBEIRO, Miguel Angelo C. *Amazônia: a dimensão do urbano e a qualidade ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, DEGEO, 1992. 44p. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Considerações sobre a organização industrial da Amazônia*. Rio de Janeiro: IBGE, DEGEO, 1992. 44p. (mimeo).

- ROCHA, Sonia; TOLOSA, Hamilton C. Núcleo – periferia metropolitana: diferenciais de renda e pobreza. In: VELLOSO, J. P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. de. *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, p. 137-71.
- SCHMIDT, Benício V.; FARRET, Ricardo L. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 95p.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.